www.uvergs.com.br

Nova UVERGS
UNIÃO DOS VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL

A VOZ DA UVERGS

Municipalismo com transparência e democracia

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 2023

DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE WWW.UVERGS.COM.BR E NAS REDES SOCIAIS

MARCO HISTÓRICO

UVERGS e TCE-RS em parceria de cooperação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) assinaram um Termo de Cooperação Técnica no final de 2022.

Na prática, é a formalização de uma parceria para capacitação, formação e qualificação dos agentes políticos e servidores vinculados a UVERGS e ao TCE-RS.

No ato solene, o presidente do TCE, conselheiro Alexandre Postal, destacou que o objetivo é cada vez mais deixar as duas entidades próximas e fortalecidas. Para o presidente da UVERGS, vereador Silomar Garcia, o termo de cooperação representa um marco histórico na relação de parceria da UVERGS e TCE-RS. /5

48 anos de história pelo Municipalismo

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) completou 48 anos de fundação no último dia 23 de maio de 2023. A história de luta pelo Municipalismo e defesa dos vereadores gaúchos foi comemorada e relembrada em um grande evento. O fundador da entidade, advogado José Karini, de Pelotas, participou das atividades de forma remota. Ele apresentou um vídeo contando a história de fundação da entidade. O material foi exposto durante a solenidade de inauguração da Galeria dos Presidentes, na sede da UVERGS, junto ao Centro Administrativo do Estado. Entre discursos emocionados e boas recordações, foram recepcionados pelo atua presidente, Silomar Garcia, os ex-presidentes Reginaldo Pujol (1979/82), Juarez Molinari (1983/96), Geovani Garcia dos Santos (1991/92) e Jocelei Consalter Flôres (1993/97).

LEIA NESTA EDIÇÃO:

❒ Conselho Fiscal atuante na UVERGS
Página 2

❒ Um histórico de lutas e inovação
Página 3

❒ UVERGS representada e compartilhada
Página 4

❒ UVERGS cumpre a missão de atender e ir até os vereadores do RS
Páginas 6 e 7

❒ Adolfo Brito incansável pela regional Centro-Serra
Página 8

❒ UVB diplomada em Porto Alegre/RS
Página 9

❒ UVERGS de olho da defesa do Setor Produtivo do Tabaco
Página 10

Conselho Fiscal atuante na UVERGS

A vereadora Evânia Nunes, do Município de Tapes, está atuante no comando do Conselho Fiscal da UVERGS, com presença marcante nas decisões da entidade e busca de novos projetos para atender os interesses de vereadores e Câmaras filiadas. Ela assumiu a presidência no dia 22 de dezembro de 2022. A eleição aconteceu na sede da entidade, em Porto Alegre. O vereador Edmundo Coelho da Rosa, de Rosário do Sul, é o vice-presidente.

A reunião de eleição e posse contou ainda com a participação dos vereadores: Valério Cassafuz (São Borja), Christino de Mattos Azevedo (São José do Norte), Fabiel Zarth (Colinas) e Carlos Alberto Mac Cord Lanes (São Gabriel). Segundo Evânia, a parceria com a diretoria executiva e Conselho Deliberativo, tem motivado uma nova fase de trabalho da UVERGS. "Estamos engajados para o fortalecimento e constante crescimento da nossa UVERGS", destaca Evânia.

Ela ressalta ainda o trabalho do departamento Jurídico, departamento de eventos e marketing. "A cada mês estamos trazendo excelentes treinamentos e cursos. Na área de Câmaras filiadas, os números crescem a cada mês, pois aqui os vereadores tem a certeza que terão sucesso em suas expectativas, como assistência jurídica, aprendizado e encaminhamentos a órgãos, secretarias e agentes políticos", completa a vereadora Evânia.

UVERGS recebe visita do presidente da Associação do MP-RS

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) recebeu a visita do promotor de Justiça João Ricardo Santos Tavares, presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), logo da sua reeleição ao cargo, no final de 2022.

No encontro com o presidente da UVERGS, Silomar Garcia, também esteve o secretário adjunto da Casa Civil do Estado, Bruno Pinto de Freitas, o economista Edison Mello e o presidente do Conselho Deliberativo da UVERGS, vereador Clairton Sessim.

EXPEDIENTE

Informativo da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS)

Jornalista responsável: Giuliano Fernandes
Fone: (51) 9-9255-5828
E-mail: novauvergs@gmail.com
UVERGS: Porto Alegre; Centro Administrativo Fernando Ferrari; Av. Borges de Medeiros, 1501, térreo. Fone: (51) 3225-8286

Textos e fotos: Arquivo e colaboradores UVERGS
Editoração eletrônica: Galo Mídias Digitais
51 9-9677-3896

ARTIGO

JADER BRANCO CAVALHEIRO
Advogado Coordenador do Programa de Integridade na PMPA

Considerações sobre o Programa de Integridade na Administração Pública

Há indiscutivelmente a necessidade de combatermos a corrupção no Brasil, porque ao mesmo tempo se corrompe ou se é corrompido. Há tempos que o combate à corrupção ocupa espaço nas principais agendas do país, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Os reflexos das perdas financeiras nos órgãos públicos por corrupção são incalculáveis, trazendo impactos sociais negativos e à imagem de quem labuta na área pública, à mercê do desvio do dinheiro público. Além disso, existe uma cultura patrimonialista enraizada no contexto das ações do setor público, sendo uma das formas de se corromper é dar um jeitinho; pra tudo se acha um jeito de se tentar burlar a lei, a norma e as orientações dos tribunais.

Isso causa um enorme prejuízo à Administração Pública, sendo que os recursos que são desviados faltam na ponta de atendimento dos serviços públicos, especialmente nas áreas da saúde, segurança e da educação. De grandes montantes desviados ou até mesmo uma pequena burla de qualquer sistema permite uma vasta extensão como se fosse uma bola de neve; um burla aqui, outro emenda, o outro lá assimila o errado e as práticas de desrespeito às leis e, ausência de uma cultura de integridade, às normas se dissimulam no meio de um vasto cipoal de exigências legais e que compõem a Administração Pública. Além dessa cultura do oportunismo, há os problemas sociais de grande repercussão, a priori, a falta de educação, sem falar na impunidade.

Qual a relação entre a corrupção e o compliance? Antagônicos, corrupção é o que de pior existe, compliance é a melhor prática. O combate direto à corrupção já vem sendo realizado intensamente pelas polícias (federal e civil), pelos ministérios públicos, pelos tribunais de contas (estaduais e da união), justiças (estaduais e federais), pela imprensa, pelo sistema de controle interno, entidades do terceiro setor, conselhos de classes, entidades representativas da indústria, comércio e agronegócios, da sociedade como um todo, e aos senhores vereadores.

Chamamos de controle social as exigências da sociedade e as iniciativas governamentais e de instituições particulares para que cheguem a todos os contribuintes e entidades em geral o acesso às informações dos órgãos públicos e que estes possam opinar nas decisões governamentais, muito pelos conselhos da saúde, da educação, a exemplificar.

Os senhores vereadores tem uma relação intensa com o poder político, mas também tem o dever de fiscalizar, o que chamo poder/dever. Essa é uma prerrogativa, não única, mas de uma possibilidade muito grande de fiscalizar. Por isso, é necessário o aprimoramento e capacitação dos senhores vereadores e de seus assessores. Disponibilizar ferramentas de busca e acesso à informação é hoje um grande desafio, entre tantos, da gestão pública. Democratizar a informação é um dever do poder público, dos governantes e é um direito de todos.

A corrupção, por óbvio, esse nocivo instituto diz respeito a mecanismos de fraude e desvios para o uso do poder; ela mina e fragiliza a relação do Poder Público com a sociedade, gerando inúmeras desconfianças, desgastes e insegurança ao povo, que é o único pagador de impostos.

Em síntese, a corrupção é a privatização do dinheiro público. Ao longo do tempo, criamos uma cultura de que se não posso tudo, pelo menos eu vou tentar burlar, já que frágil a fiscalização e quase sempre não dá nada. Teve um tempo que se reconhecia que a sociedade e os órgãos públicos estavam perdendo a guerra para a corrupção.

Entretanto, tendo em vista os avanços da informação, do conhecimento, do preparo e da tecnologia, em poucas horas pode-se realizar uma pesquisa, auditoria ou até mesmo uma investigação policial para chegarmos aos verdadeiros fatos e dos desvios consequentes. Já rapidamente comentado, mas o controle social auxilia em muito a combater a corrupção. A título de exemplo, com o número do CNPJ de uma empresa, os órgãos de fiscalização (inclusive o controle interno do município) fazem uma busca e sabem em instantes onde a empresa atua, facilitando a informação dos negócios dessa empresa com a Administração Pública, inclusive os nomes dos seus sócios, como num sistema de "pescar".

Em 2013, surge a lei anticorrupção (Lei Federal nº 12.846), sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Esta lei estimulou o desenvolvimento de programas de integridade ou compliance, com a finalidade de prevenir, detectar e sancionar condutas administrativas frágeis, desviantes de conduta, corrompidas ou fraudadas e que responsabiliza quem cometeu o ato infracional, seja servidor ou funcionário de empresa privada. É uma lei que veio para estimular e desenvolver ainda mais a boa governança no setor público, com práticas que exigem da administração métodos profissionais e com o desenvolvimento sustentável.

Além disso, um conjunto notável de normas (Lei anticorrupção, lei das estatais, Lei de Acesso à Informação e a Lei do Conflito de Interesses e, atualmente a NLLC – Lei 14.133/21) estimula uma percepção que não só os riscos materiais estão em jogo, mas também os riscos éticos, o que podemos caracterizar como a melhoria de um quociente comportamental dos que labutam na administração pública, tipo inaceitável a corrupção.

A cultura da política do programa de integridade (compliance) mexe com o núcleo do poder da administração pública (comprometimento da alta administração), porque impõe que o bom exemplo venha de cima, no sentido hierárquico, mas que atinge e inspira até o mais simples e longínquo servidor do órgão.

É uma verdadeira contaminação de bons modos, bons costumes, ética, de integridade, de respeito às regras, onde todos são atores desse programa e todos sabem o que fazer e, muito mais, o que não se pode fazer dentro do órgão público. Evidente que os desafios são muito grandes; 5% de todo PIB global são desviados/roubados, o que equivale a 3,6 trilhões de dólares no mundo.

ARTIGO

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
Promotor de Justiça,
Presidente da Associação do Ministério Público do RS

O Ministério Público da Atualidade

A Constituição Federal de 1988, pelas mãos do Legislativo, trouxe formatação única no mundo à Instituição do Ministério Público brasileira. Não há outra igual em nenhum país do planeta.

As inúmeras atribuições conferidas pelo legislador pôs em dúvida a capacidade que teríamos em atendê-las. O fato é que hoje percebemos que o impacto da atuação do Ministério Público transcende o aspecto individual, afeta positivamente a todos e promove efetiva transformação social nas mais diversas áreas de sua atuação. Assim é quando atua na defesa da vida, dos direitos humanos e no combate à criminalidade, quando defende a ordem constitucional e a moralidade administrativa; quando protege os direitos do consumidor, os dos idosos, das pessoas com deficiência e os da infância e da juventude; quando garante o acesso à saúde, quando defende o meio-ambiente, o patrimônio público, a ordem urbanística e o patrimônio histórico; quando atua na fiscalização da lisura do processo eleitoral e no combate à sonegação.

Dessa forma, passados praticamente trinta e cinco anos da vigência do novo texto constitucional, penso que nossa Instituição honrou o legado do legislador constituinte e, a verdade, é que muito avançamos como sociedade também por isso.

Não desconhecemos que como órgão de controle que somos, nem sempre nossas funções são bem compreendidas e, como em todo processo de amadurecimento, o diálogo é fundamental para a correta percepção das atribuições de cada Instituição de nossa jovem democracia.

O Ministério Público, nessa trajetória, evoluiu muito na própria compreensão de seu papel constitucional e tem procurado cada vez mais aprimorar sua interação com os demais atores da cena politica. Nesse diapasão, o diálogo com o Poder Legislativo, em todas as esferas, adquire especial relevo.

AS CASAS DO POVO, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, COMO LEGÍTIMAS REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO, SÃO O DESAGUADOURO DAS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SEJAM NAS CAUSAS DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO, SEJAM NAQUELAS PERCEBIDAS NECESSÁRIAS NA NOSSA ATUAÇÃO À SOCIEDADE, COMO FOMENTADORES QUE SOMOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Portanto, a aproximação e o diálogo com os Legislativos é tarefa necessária e permanente. Temos muito mais em comum do que divergências. A aproximação permanente entre Ministério Público e Legislativo não é só fundamental ao Estado Democrático de Direito, é basilar para a missão precípua de todos nós de atender com excelência à população.

EXCELÊNCIA DO MUNICIPALISMO

Um histórico de lutas e inovação

Parceria: TCE ISO 9001 — UVERGS — Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

A UVERGS, entidade gaúcha oficial de representação dos vereadores, câmaras municipais e associações regionais, no transcurso do ano em que comemora os seus 48 anos de fundação, na cidade de Pelotas por um grupo liderado pelo então vereador José Karini, permeou sempre pela defesa institucional das prerrogativas e fortalecimento das competências dos vereadores e do Poder Legislativo municipal como um todo.

Nesta senda, buscamos de forma incessante alavancas para fomentar esse intuito, buscando parcerias com órgãos e instituições com o foco centrado na DEFESA DO MUNICIPALISMO, que é a saída ideal para todas as crises, principalmente a política, tendo como cetro a defesa do Estado Democrático de Direito, via necessária à consecução plena da democracia representativa.

Com isto, tivemos na Assembleia Legislativa e Governo do Estado sempre a mais alta relação de fidalguia e consonância com os nossos objetivos.

Porém, foi no âmbito das instituições de controle que tivemos a efetividade do alinhamento com a vereança gaúcha, e no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) encontramos a parceira ideal, a qual capilarizamos em conjunto o atendimento às demandas dos vereadores, tanto que esta situação se perdurou forte nos últimos anos. O que era de fato, hoje é de forma solene e institucional, tanto que no último mês de novembro celebramos a assinatura do Termo de Cooperação entre UVERGS e TCE/RS, tendo como elo a sua Escola Superior de Controle e Orientação Francisco Juruema, para dar suporte técnico a nossa entidade, mas especialmente à comunidade edílica dos nossos municípios.

Tivemos na União dos Vereadores do Brasil (UVB) o suporte permanente para fazer ecoar as nossas moções que tiveram reflexos além das nossas fronteiras, como o enfrentamento de emendas constitucionais que eram favoráveis e o embate necessários às desfavoráveis.

MODERNIZAÇÃO

No âmbito interno, a UVERGS evoluiu com a modernização. Inovações que se impunham necessárias, como otimização de serviços até então jurássicos e arcaicos. Um deles foi a implantação dos sistemas informatizados de operações financeiras, trazendo mais segurança, controle e transparência para os atos de gestão, como os serviços on-line diretamente nas ferramentas digitais do Banrisul, onde os registros se vinculam aos logados para operações e cadastros dos compromissos diários, onde funcionário credenciado elabora borderôs diários firmados por si e vistados por Tesoureiro, pelo Presidente e ainda pela Presidente do Conselho Fiscal, que após o crivo do Conselho Deliberativo é disponibilizado aos serviços de contabilidade, hoje otimizados por escritório de alta excelência nesses setor, e após aos vereadores de um modo geral.

INOVAÇÃO: Ana Valmorbida, diretora geral da UVERGS, entrega homenagem ao presidente Silomar

Enfim, continuamos com a luta por uma UVERGS para todos, primando pela Excelência do Municipalismo e pela transparência.

Ver. Silomar Garcia Silveira
Presidente da UVERGS

Que reforma vem aí?

Tramita no Congresso Nacional a PEC 45–a de 2019, versando sobre a Reforma Tributária, ou seja, o Projeto de Emenda Constitucional que propõe alterar o Sistema Tributário vigente no Brasil.

Mas neste momento eis que uma pergunta se impõe: Qual a razão da reforma?

Por óbvio corrigir as distorções apresentadas pelo sistema, como por exemplo:

- A elevada complexidade da tributação (inúmeras normas editadas 1988 quase todas voltadas a alguma forma de isenção);
- A elevada regressividade (quem ganha menos paga mais proporcionalmente);
- A existência de tributos cumulativos (as cadeias produtivas não se compensam);
- O chamado cálculo por dentro (em que a alíquota do imposto é aplicada sobre um valor que já inclui o próprio imposto); e
- A oneração excessiva da produção e do consumo.

Entretanto é preciso compreender que:

- Primeiro: não existe reforma tributária ideal. É inviável um modelo que assegure que todos ganharão com a mudança.
- Segundo: não existe mudança de carga tributária neutra entre os diferentes setores da economia,
- Terceiro: não se pode garantir ausência de perdas para os entes federativos.

O principal pilar da EC 45-a de 2019 é a criação do IVA.

O novo sistema unifica 5 tributos para a criação de um IVA dual, Imposto sobre Valor Agregado. Dora em diante os impostos PIS, Cofins e IPI, de competência federal serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e os atuais ICMS (competência estadual) e ISS (competência municipal), serão Substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Entre outras mudanças destaque-se o deslocamento do local da incidência: o IVA será cobrado no local em que ocorrer o consumo (princípio do destino).

Atualmente a tributação sobre bens de consumo responde pela maior fatia da arrecadação mesmo sendo a mais injusta. Entretanto nada indica que a reforma venha a corrigir as distorções.

De outra forma, a proposta não interfere na tributação sobre a renda e seus derivativos, tampouco sobre sua incidência na folha de salários e, ainda, foi muito tímida em relação ao patrimônio, limitando-se a incluir aeronaves e barcos no conjunto tributável.

Como as alíquotas ainda não foram definidas, as incertezas sobre o aumento da carga tributária permanecem.

Com base nos demonstrativos da STN para 2022, a Carga Tributária Bruta do Brasil é de 33,71 % do PIB (R$ 9,9 trilhões) deste percentual os bens e serviços contribuem com 13,44%, sendo o maior agregado.

Com a expectativa de alíquotas próximas a 40% para impostos sobre bens e consumo a nova carga tributária bruta atingirá aproximadamente a 38%.

Preocupa bastante o fato de excluírem da apreciação pelo Poder Legislativo Municipal as alterações do IPTU, que seriam definidas por Decreto do Executivo.

Por fim, dentro do pensamento Rodriguiano, o comportamento de manada confirma que "toda a unanimidade é burra".

Aguardaremos para ver.

Parceria: TCE RS ISO 9001 — UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

UVERGS representada e compartilhada

Ao longo dos anos, aguçou-se em mim o veio da participação interativa a ponto de me atrever a disputa de um cargo eletivo, no meu município de Tramandaí, elegendo-me vereador, e isto me contagiou ao ponto de receber o convite do Vereador Silomar Garcia e aceitado a participar da equipe diretiva da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, lá no ano de 2013, compondo o Conselho Fiscal da entidade, estando desde lá atento aos movimentos em defesa da categoria, porém, sempre muito próximo dos acontecimentos.

No atual mandato, iniciei como Vice Presidente do Conselho Deliberativo e fui convocado para fazer um trabalho de produzir mais acuidade no Departamento Financeiro, o que me honrou porque sou profissional da área contábil, tendo recebido, inclusive, carta branca para esmiuçar as entranhas da vida financeira e na mesma senda otimizar os sistemas de pagamentos, que outrora o Presidente entendia ultrapassado, já que estamos na era digital e sob os auspícios tecnológico da inovação.

Com a destituição do Presidente do Conselho Deliberativo de então, por questões de exorbitação de competência fui guindado pelos meus pares à condição de Presidente deste Conselho, o que elevou a responsabilidade, porém, esta situação foi amainada pela ação do Presidente Silomar Garcia, que não somente me chamou ao compartilhamento da gestão, como também buscou a participação efetiva da Presidente do Conselho Fiscal, Vereador Evânea Nunes, e hoje implementamos o fomento dos princípios de transparência, formando um todo harmonioso na condução da nossa entidade, pois buscamos a implementação da modernização administrativas, ativando sistemas de controle eletrônico junto à instituição financeira, e no campo interno a informação mais apurada, bem como as ferramentas propícias ao relacionamento com as câmaras e vereadores, inclusive fomentando as redes sociais.

Neste norte, entendemos neste compartilhamento que devíamos dar mais publicidade de que a UVERGS é aberta para todos e buscamos a presença mais forte de seus órgãos diretivos com alternância mais freqüente de seus membros no dia a dia da entidade.

Ao meu ver estamos vivendo um momento muita clareza e transparência, tanto pelo compartilhamento como pela transparência de todos os atos como o desiderato colimado em atender a todos os vereadores de forma interativa, para o engrandecimento da nossa entidade.

Clairton, Evânia, Edmundo e Silomar: Decisões compartilhadas

Vereador Clairton Neves Sessim
Presidente do Conselho Deliberativo

ARTIGO

ANDRÉ CAMILLO
Advogado e consultor jurídico da UVB

O vereador e o direito/dever de participar de eventos durante o recesso

Ao tomar posse e assim legitimamente investido como representante da sociedade, o Vereador precisa estar apto para exercer suas funções de bem legislar, fiscalizar, administrar, julgar e assessorar. Dessa forma, independentemente de o Legislativo estar em período de recesso de suas atividades ordinárias, antes de ser um direito, é, sobretudo, um dever de o Vereador participar de cursos de formação e capacitação técnica.

Em que pese possam haver entendimentos contrários, tal equívoco desfalece frente ao inegável fato de que, por encarnarem o próprio Poder Legislativo, são os Vereadores que produzem a vontade legislativa, e, portanto, é através de seu aperfeiçoamento que ocorre o aprimoramento da função estatal. Há assim um interesse público genérico no aperfeiçoamento de suas atividades, o que justifica a sua participação em cursos financiados pela municipalidade.

Contudo, mister que a participação em eventos custeados pelo Poder Legislativo deva ter relação com as funções e com o amplíssimo universo de atribuições da edilidade e do Legislativo. Importa ressaltar que os benefícios específicos da participação em eventos custeados com recursos públicos, não só poderão, como deverão ser utilizados em prol da sociedade como um todo, principalmente em atenção aos princípios constitucionais da motivação e interesse público.

Sendo assim, embora alguns poucos ainda tenham receio de participar de eventos de capacitação durante o período de recesso parlamentar, importante salientar que, não há óbice positivado no texto constitucional brasileiro que possa sustentar tais argumentos. Para tanto, vale lembrar que mesmo em face do exercício da nobre função de controle conferido a órgãos externos, inarredável que, tendo o evento base nos princípios já elencados, não há, pois, legitimidade das Cortes de Contas sequer do Poder Judiciário para dizer em qual evento e quando convém ao interesse público a que os representantes do povo devam participar.

Assim, a participação em cursos técnicos de capacitação e qualificação não possui impeditivo legal, configurando direito inclusive a percepção do agente público à indenização por diárias, desde que observadas os critérios estabelecidos nas normas próprias de cada município.

Parceria do TCE e UVERGS em cruzadas cívicas pelo RS

Parceria: TCE RS 1936 UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

As ações, iniciativas e eventos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS), desperta uma onda de bons tratos com a administração pública. O presidente do TCE, Alexandre Postal e o presidente da UVERGS, Silomar Garcia, focam os atos com atenção às competências constitucionais, fiscalizam e promovem a eficiência, a economia e a legalidade dos gastos públicos, o que é essencial para a cidadania. Além de adotar premissas que privilegiam a orientação e a inovação, estimulam a aproximação com os gestores e membros das Prefeituras e das Câmaras de Vereadores. Esta relação do TCE e UVERGS foi estimulada e reforçada no ano em que o TCE-RS comemora seus 88 anos e a UVERGS 48.

A atuação dos Legislativos é reconhecida pela população por sua importância na defesa do bem comum através da apresentação de projetos; fiscalização do Executivo; emissão de pareceres de execução; e transparência e divulgação na sociedade. Neste aspecto, como contribuição às suas atividades, os vereadores podem contar com as informações do TCE-RS. Por exemplo, sem seu Portal, têm acesso ao Relatório de Contas Anuais, que traz uma radiografia dos municípios.

EVENTOS

Neste contexto de apoio aos administradores, foram retomados em 2022, depois de cinco anos, os Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs). Em sua 14ª edição, ocorreram dez eventos no Estado que reuniram mais de oito mil pessoas entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e assessores dos Executivos e Legislativos. De forma inédita, aconteceram oficinas onde que debateram temas específicos: Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei Geral (LGPD), Gestão em Educação e Saúde; Fiscalização de Obras Públicas; Auditoria Concomitante de Concursos Públicos; Parcerias Público-Privadas (PPPs); Cálculo de Despesa de Pessoal; Comunicações Eletrônicas; Pesquisa de Preços de Mercado; e Saneamento.

ORIENTAÇÃO: A mensagem do TCE e UVERGS para 8 mil lideranças da administração pública

O Tribunal realizou e participou de atividades específicas para os vereadores:

❒ Em Lajeado, com o apoio da Associação dos Vereadores do Vale do Taquari (AVAT), sobre "Nova Lei de Licitações e Contratos".

❒ Em Frederico Westphalen, "Qualificação de Vereadores e Servidores Municipais".

❒ O conselheiro Édson Brum proferiu palestra no Seminário Nacional de Legislativos Municipais, realizado em Encantado, com o tema "As relações dos Tribunais de Contas com as Câmaras Municipais".

❒ O presidente em exercício, conselheiro Marco Peixoto, falou na abertura do Encontro Estadual de Vereadores da Uvergs, analisando o papel dos vereadores para a cidadania.

❒ Técnicos do Tribunal também apresentaram um painel sobre a Nova Lei das Licitações e Contratos no Encontro Missioneiro de Vereadores e Servidores, realizado em Porto Alegre.

Nesta área municipalista, está em aplicação o Programa Qualis RS, que trata da capacitação de servidores, estimulando as Prefeituras ao incentivo na formação superior dos funcionários.

INOVAÇÃO

A disseminação de novas tecnologias tem contribuído para a melhoria na qualidade da prestação de serviços públicos. É uma situação que facilita e agiliza os processos de fiscalização, o que ajuda na prevenção e alertas, propiciando ganhos expressivos na economia de recursos na aquisição de bens e serviços. Estes são investimentos na inovação tecnológica do Tribunal:

❒ Uso de drones com o propósito de examinar as obras em execução.

❒ Formalizado de convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para a utilização de imagens de satélites na fiscalização de obras públicas, uma nova maneira de supervisionar o gasto público. Os auditores são treinados para acompanhar à distância o andamento dos trabalhos.

❒ Expansão da Tecnologia da Informação (TI), tornando o controle externo mais eficiente e ágil. Contempla a criação de estruturas tecnológicas que gerem informação e competências. A implantação de ferramentas de TI e Inteligência Artificial (IA), através de robôs, que propiciou a economia de um bilhão e 200 milhões de reais, em 2022.

❒ Criação do Núcleo de Inovação em convênio com o Instituto Caldeira e a concretização da Diretoria de Tecnologia da Informação no TCE, e investimentos em segurança da informática.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Estão sendo implementadas iniciativas que contribuirão com a estratégia da instituição de orientação, fiscalização e inovação:

❒ Centro de Orientação e Fiscalização de Políticas Públicas (CPP), com a criação do Observatório de Políticas Públicas. Auxilia na qualificação do serviço público, pela execução de auditorias operacionais.

❒ Programa de Orientação às Administrações Públicas (PROAP). Instituído pela Escola de Gestão e Controle (ESGC) Francisco Juruena visa capacitar servidores municipais, aprimorando as administrações.

❒ Centro Especializado para Auditoria de Obras, com o Laboratório de Análise de Obras Rodoviárias. Serve à fiscalização de pavimentação com o objetivo de garantir que sejam respeitados os requisitos contidos nos editais.

❒ Ministério da Justiça e Segurança Pública. Está sendo acordada a participação do TCE no Programa Brasil MAIS de cooperação da Polícia Rodoviária Federal, na área de geotecnologia na assistência de obras.

❒ Programa de Mentoria Educa Mais. Lançado com a finalidade de melhorar os indicadores de aprendizado das redes de Ensino Fundamental, pela evolução da gestão de 25 municípios selecionados pelo Tribunal, apoiado pela nossa Escola.

❒ LicitaCon. O sistema de Licitação do TCE-RS recebeu destaque da ONG Transparência Brasil como exemplo de transparência, por conter informações detalhadas, em comparação aos outros Tribunais do Brasil. Segundo a ONG, o sistema demonstra uma ampla base de informações de todo o processo de compra pública, desde a fase licitatória até os pagamentos, passando pela contratação.

TRIBUNAL

O TCE é a instituição que fiscaliza a aplicação dos recursos públicos, analisa e julga as contas, realiza auditorias, examina a legalidade dos processos, presta contas, promove a transparência e responsabiliza gestores e/ou responsáveis por recursos públicos.

A sua principal estratégia é motivar para as boas práticas através da disseminação de conhecimento e mostrar à sociedade os benefícios que o trabalho do Tribunal de Contas proporciona aos cofres públicos. É um contexto que contribui para a melhoria da gestão e, consequentemente, da qualidade de vida do cidadão.

Diante desta conjuntura, o Tribunal de Contas do Estado incentiva e fortalece as estratégias de orientação. Porque a orientação corrige erros. A punição, não.

E para isso deseja sempre contar com o diálogo e a parceria das Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul.

Fonte: Jornalista - Gilberto Jasper (TCE-RS)

CRUZADA CÍVICA PELO RS: Silomar, João Luiz Vargas e Marco Peixoto

UVERGS cumpre a missão de atender e ir até os vereadores do RS

Parceria: TOE ISO 9001 UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) cumpre com excelência a sua missão essencial de representação e defesa dos Vereadores, Câmaras de Vereadores e Associações Regionais de Legislativos. Confira alguns registros:

Cursos reúnem vereadores e assessores de todas das regiões para atualização e capacitação

UVERGS presta homenagem e incentiva a participação das mulheres na boa política

Conselheiro Marco Peixoto: participativo nos eventos de capacitação da UVERGS

Mobilização da ALM: vereadores das Missões com nova diretoria

Seminário regional na Fronteira Oeste do Estado contou com a parceria do TCE-RS

Vereadores da região Centro-Serra se reunem para mobilização e fortalecimento do Legislativo

Em Quaraí, UVERGS leva curso de capacitação e orientação aos vereadores e assessores

O empoderamento das mulheres na política é cada vez maior

Parceria: TCE ISO 9001 UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

ARTIGO

ADRIANA LARA
Deputada Estadual

Ataque a vida!

Num mundo em constante transformação e cercado por ideologias conflitantes, é essencial preservar os valores que sustentam nossa civilização. Em meio a essa evolução, é imperativo manter nosso compromisso com a defesa da vida e a proteção das crianças, pilares inegociáveis em nosso mandato. A valorização da vida transcende divergências políticas, sendo um imperativo moral, ético e humanitário. Ser contra o aborto é entender que cada vida em gestação carrega um potencial imensurável, e é nosso dever protegê-la desde a concepção, assegurando a oportunidade para cada ser humano viver, amar e contribuir para o mundo. Nossas crianças, como pilares do futuro, merecem um ambiente seguro para crescerem e desenvolverem seu potencial. Nossos jovens necessitam de um sólido sistema de apoio que os proteja, desde a exposição a conteúdos até a possível influência de eventos e locais que promovem a sexualização precoce.

É preocupante perceber que, em alguns casos, a luta para erradicar a pedofilia e garantir a integridade de nossas crianças é desviada por ideologias e agendas que minam os princípios essenciais de uma educação saudável. Enfrentamos, ainda, o desafio da liberação de drogas. A exposição precoce a essas substâncias, como a presença de crianças e jovens em marchas pela descriminalização das drogas, pode ter implicações devastadoras para o desenvolvimento físico e mental dos jovens. Nossa atuação na Assembleia Legislativa é pautada pela defesa da vida e proteção das crianças, enfrentando desafios cruciais. Unidos por esses valores, construímos um futuro mais seguro e promissor para nossas crianças e adolescentes, onde possam crescer com segurança, valores sólidos e confiança no futuro.

** Adriana Lara é autora do Projeto de Lei que veda a participação de crianças e adolescentes em eventos com cunho sexual ou apologia ao uso de drogas. E projeto que proíbe a utilização de dinheiro público em eventos e serviços que promovam a erotização precoce.*

Adolfo Brito incansável pela regional Centro-Serra

Parceria: UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

DEMANDAS: Deputado reunido com lideranças de Cerro Branco

O deputado estadual Adolfo Brito, com mais de 28 anos de atuação na Assembleia Legislativa, segue incansável na busca por obras nas áreas de agricultura, educação e acesso asfáltico. Durante todos esses anos trabalhou fortemente para conseguir obras para a região Central do Estado.

Destacando o acesso asfálticos entre:

- Segredo-Sobradinho
- Sobradinho-Ibarama
- Concretização da 481, entre Sobradinho-Arroio do Tigre
- Estrela Velha, Salto do Jacuí e Cruz Alta
- Asfalto entre Soledade e Barros Cassal
- Vera Cruz e Rio Pardo
- Ligação entre Agudo e Dona Francisca
- Faxinal do Soturno, Nova Palma e Pinhal Grande
- A asfáltico entre Passa Sete-Lagoa Bonita do Sul, que se encontra em fase final de conclusão.

O deputado Brito também atua constantemente na busca de recursos para que seu projeto técnico da Terceira Pista na ERS 400 entre Candelária e Sobradinho saia do papel. Em dezembro do ano passado, após inúmeras audiências com o Governador Eduardo Leite e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Artur Lemos, conseguiu implementar nesse projeto duas caixas de brita em locais de grande perigo e que são alvo de acidentes por caminhões de carga. Inclusive, durante seus mandatos, essa rodovia já recebeu recapeamento e reperfilamento em dois momentos, deixando totalmente recuperada.

Diálogos sobre Saúde Mental

No mundo contemporâneo, enfrentar desafios à saúde mental tornou-se uma questão premente, inadiável. Psicologia e neurociência têm identificado várias razões para isso. A constante exposição a estímulos digitais, como redes sociais, leva a um aumento do estresse e da ansiedade devido à comparação social e à sobrecarga de informações. Além disso, a falta de interações pessoais profundas pode levar ao isolamento e à solidão, prejudicando a saúde mental.

A pressão crescente nas áreas profissional e educacional também contribui para os problemas de saúde mental. A busca por altos padrões de desempenho e sucesso pode resultar em estresse crônico e esgotamento. A neurociência indica que o excesso de estresse afeta negativamente o funcionamento do cérebro, prejudicando a capacidade de concentração e tomada de decisões.

A falta de atividade física e uma dieta inadequada também desempenham um papel significativo na saúde mental. Estudos demonstraram que o exercício regular tem um impacto positivo na liberação de neurotransmissores associados ao bem-estar, como a serotonina. Uma dieta equilibrada, rica em nutrientes essenciais, também está ligada a uma melhor função cerebral e estabilidade emocional.

A insônia, cada vez mais comum, é outra preocupação. A neurociência mostrou que o sono inadequado afeta negativamente a regulação emocional e cognitiva, contribuindo para problemas como depressão e ansiedade. O uso excessivo de dispositivos eletrônicos antes de dormir pode atrapalhar os ritmos naturais de sono.

A abordagem multitarefa, valorizada na sociedade moderna, pode afetar negativamente a saúde mental. A psicologia indica que a mente humana não é eficaz ao lidar com várias tarefas simultaneamente, resultando em estresse e menor qualidade de trabalho.

Para mitigar esses desafios, é fundamental adotar estratégias baseadas nos fundamentos da psicologia e da neurociência. A prática regular de autoconhecimento pode ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade, promovendo psicoeducação. Estabelecer limites saudáveis para o uso de tecnologia e dedicar tempo a interações sociais significativas também é vital.

Em conclusão, os desafios à saúde mental na era contemporânea são influenciados por fatores digitais, sociais, profissionais e de estilo de vida. As disciplinas da psicologia e as políticas públicas de saúde fornecem dados valiosos para entender e enfrentar esses problemas, destacando a importância de cuidar tanto do corpo quanto da mente. A Saúde mental é uma pauta contemporânea para todas aqueles que desejam construir uma sociedade mais justa, igualitária e alinhada com princípios humanitários.

Edson Leal: Psicólogo Social e Institucional. Pós-graduado m Políticas Públicas e Gestão Escolar. Servidor público e vereador em Butiá-RS

Psicólogo Edson Leal - siga em @psiedsonleal

ARTIGO

LUCIANO ZANETTI BERTINETTI
Vereador presidente da Câmara de Canguçu-RS

Inclusão e acessibilidade na Câmara de Canguçu

A política é fundamental quando pensamos em inclusão social, ajudando a garantir que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades justas. Isso é nítido na teoria, porém, na prática, nos deparamos com preconceito, barreiras estruturais e até o desinteresse em medidas que promovam a igualdade. Pensando nisso, ao assumir a presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, me comprometi a desenvolver ações que ampliassem a inclusão e a acessibilidade.

A partir de uma sugestão do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, apresentei um Projeto de Lei para a inclusão de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas sessões legislativas da Casa de Leis e nos eventos do município. O projeto foi aprovado por unanimidade, e agora estamos trabalhando para implementá-lo, na prática.

Ciente do crescimento de diagnósticos de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e da dificuldade das famílias para acessarem terapias, sinalizei para o governo municipal a disponibilidade de 500 mil em recursos do orçamento da Casa de Leis para serem direcionado a causa. Também busquei a articulação e aprovação da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, LGBTQIA+, Povos Tradicionais e Originários para discussões e votações dos projetos de lei que englobam esses temas.

Além disso, estamos providenciando a troca do atual veículo oficial da Casa Legislativa e viabilizando o repasse deste carro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), atuante em serviços de educação, saúde e promoção de inclusão social para pessoas com deficiência.

Por fim, nestes últimos meses, estamos estudando a compra de abafadores de ruídos para a Câmara Municipal de Vereadores, para serem disponibilizados durante as sessões legislativas para pessoas com sensibilidade auditiva. Tenho consciência de que não iremos resolver todos os problemas durante um único ano, mas estamos dando pequenos avanços importantes e necessários para alcançar a equidade.

J.J. Serviços Médicos
Qualidade no atendimento
CREMERS 24362 - Resp. Técnico Luigi Comiran Brescianni
CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES A PREÇOS POPULARES
PORTO ALEGRE Av. Pinto Bandeira, 357 Sobreloja - Centro/POA (51) 3212.4000
CANOAS Rua 15 de Janeiro 230 3º Andar - Centro / Canoas (51) 3472.1500
CACHOEIRINHA Av. Flores da Cunha, 2165 (51) 3441.2004
IMBÉ Av. Paraguassú, 1281 Centro de Imbé (51) 3627.1150

Mérito em Administração para Filipin

HONRARIA: Filipin em palestra para a UVERGS

O administrador Carlos Norberto Filipin, parceiro docente da UVERGS, foi agraciado na 36° Edição do Prêmio Mérito em Administração do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA/RS. Seu nome foi aprovado para receber a premiação com indicação das principais lideranças políticas do Estado, entre elas o presidente da FAMURS, Prefeito Paulinho Salermo e presidente da UVERGS, Silomar Garcia. O Conselho Regional de Administração realiza anualmente a escolha dos indicados ao Prêmio Mérito em Administração, que tem o objetivo incentivar, destacar e premiar os Administradores que se destacaram em suas atividades, por seu desempenho profissional e contribuíram para o desenvolvimento da Administração.

Filipin destaca que o "Prêmio Mérito em Administração" é a maior horaria concedida pela Categoria Profissional. A solenidade de premiação será realizada dia 09 de setembro de 2023, no Palácio dos Festivais, em Gramado.

UVB diplomada em Porto Alegre/RS

Parceria: TOE 1994 UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

A atual diretoria da União dos Vereadores do Brasil (UVB) recebeu diploma de posse em Porto Alegre/RS, no final do ano passado. A cerimônia de diplomação aconteceu dentro da programação do Encontro Nacional de Legislativos Municipais, evento que reuniu participantes de vários estados na capital Gaúcha.

O presidente da UVB, Gilson Conzatti, destaca que "com 58 anos de fundação, a União dos Vereadores do Brasil é uma entidade civil com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, sendo a mais tradicional do Legislativo Municipal Brasileiro que de forma federativa congrega e representa todas as associações, federações, uniões de vereadores estaduais, associações regionais e microrregionais e câmaras de vereadores do território nacional".

A UVB tem a missão de orientar e fortalecer os vereadores e câmaras, para consolidar a eficiência na gestão pública com democracia e participação popular. Responsável pelo maior evento do Legislativo Municipal a tradicional Marcha dos Legislativos Municipais, que é realizada anualmente em Brasília, e tem como principal meta fortalecer os poderes públicos. A entidade também é responsável pela UVB Animal, UVB Mulher, UVB Afro e UVB Diversidade. Outro programa defendido pela UVB é a Escola do Legislativo que permite o protagonismo das Câmaras na formação política de cidadãos. Dentro dele, há como capacitar jovens e adultos com cursos voltados as temáticas de interesse coletivo de cada município, além de ampliar o debate de temas locais. A nova diretoria empossada segue com o mandato até novembro de 2026.

RECEBERAM O DIPLOMA DE POSSE OS SEGUINTES MEMBROS

- Gilson Conzatti – Presidente
- Valdecir Gonzatti - 1° Vice-presidente
- Juliane Schiller - 3ª Vice-presidente
- Lívia Maia - Secretária Geral
- Paulo Martins – Conselho Fiscal
- Simone Oliveira Batista - Conselho Fiscal

UVERGS de olho da defesa do Setor Produtivo do Tabaco

Parceria: TOE ISO 9001 UVERGS
Entidade Oficial
Lei Estadual nº 12.023/03.

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) está atenta e participativa a todos os grandes temas do setor produtivo. Uma das pautas mais recorrentes é o agricultor e a fumicultura. O deputado estadual Marcus Vinícius Almeida é um aliado da UVERGS para grandes debates. Foi ele que propôs, na Assembleia Legislativa, a criação da Subcomissão em Defesa do Setor Produtivo do Tabaco e de Acompanhamento da COP-10. Sob a relatoria do parlamentar, a subcomissão tem como objetivo central ouvir as demandas e preocupações dos produtores. Durante as reuniões de trabalho, que estão percorrendo o Estado, a subcomissão coletará subsídios que comporão um relatório a ser encaminhado à Secretaria de Relações Institucionais, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura.

O deputado Marcus Vinícius destaca que a Convenção-Quadro é dominada por ONGs antitabagistas que buscam limitar a continuidade da importante cadeia produtiva, essencial para a agricultura do estado, de acordo com o parlamentar. "É a atividade agrícola secular que mais vem sofrendo ataques da ideologização do campo. A cadeia produtiva do tabaco é o esteio de milhares de famílias. Nossa intenção é encontrar um caminho que preserve os interesses dos produtores e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do tabaco", explica ele.

ARTIGO DA FÉ

ANDRÉ TABORDA
Pastor

João 14.27

"Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou. Não se turbe o vosso coração nem se atemorize".

A Bíblia nada mais é do que um manual que nos ensina como desfrutar dessa aventura chamada vida. Sempre quando finda um ano e começa outro as pessoas desejam mutuamente Paz. Muitos entendem que paz é quando as circunstâncias estão conforme eu imagino ou quando as pessoas suprem meus anseios. Quando coloco expectativas de como e no tempo que devem acontecer, isso não ocorrendo a paz se vai gerando assim frustrações, desânimo. A Paz que Jesus nos fala e um modelo de vida onde nossas reações não estão ligadas a atitudes de outros e nem as circunstâncias, pois está ligada a Fé que sempre visualiza lá na frente através de um entendimento que Jesus nos deixou: Jesus nos dá paciência ou circunstâncias para sermos pacientes. Ele nos dá vitórias ou circunstâncias para sermos vitoriosos, o profeta Oseias nos dá um alerta: O meu povo está sendo destruído por falta de conhecimento, que possamos buscar esse entendimento através desse modelo de vida de Jesus através das sagradas escrituras.

ARTIGO

DANILO FALCÃO
Advogado pós-graduado em Direito Público

Princípio do controle de constitucionalidade e o processo legislativo

O princípio do controle de constitucionalidade é uma ferramenta que tem por fim analisar a constitucionalidade, a legalidade, a pertinência temática da matéria, a legitimidade ativa do proponente e a forma em que a proposta foi apresentada, atendendo à sistemática da Constitucional Federal e Estadual e da Lei Orgânica Municipal e ao arcabouço de legislações infraconstitucionais. Esse controle pode ser realizado pelo Poder Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário.

REALIZADO PELO LEGISLATIVO - O controle prévio, primário do projeto, é realizado pela Casa Legislativa através da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – a nomenclatura varia de acordo com cada regimento interno.

Esse é o chamado controle de constitucionalidade político, por ser realizado por órgão dessa natureza (um controle realizado fora do âmbito judicial); é realizado ainda na fase interna do procedimento legislativo.

Para o professor Luis Fernando Pires Machado , esse é o controle intitulado de "Controle endoprocedimental de constitucionalidade das proposições legislativas". Vejamos o que diz o professor:

Todas as proposições legislativas necessitam do crivo parecerista quanto à observância da constitucionalidade, obrigando ao legislador o poder/dever de controle endoprocedimental, seja como relator da matéria ou integrante de comissão ao opinar com o seu voto, por isso tal controle deve ser praticado em todos os momentos do processo legislativo (grifos nossos). Ainda na fase interna, o Judiciário pode realizar o controle, não material do projeto, mas sim do processo legislativo do trâmite da propositura.

Veja o que diz o STF sobre esse ponto:

STF: MS 24667, PLENO, MIN. CARLOS VELOSO, de 23/04/04 - MS 32033, de 26/06/2013

Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é "a legitimidade do parlamentar, e somente do parlamentar, para impetrar mandado de segurança para coibir atos no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo (grifos nossos).

ARTIGO

RODRIGO HALFEN FERRAZ
Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé

Drogas: um dos principais desafios dos gestores e legisladores municipais

Abordar um dos temas que mais devasta vidas e relações familiares é necessário e preciso. Uma pauta que precisa de espaço para ser discutida, por ser uma das principais mazelas da sociedade, que assola e degenera tantas famílias em nosso país. Tenho como experiência a condição de ex-dependente, que conseguiu ultrapassar e superar esta doença, amparado por tratamento adequado e apoio familiar, sem nunca esquecer da fé.

Sabemos que trabalhar para prevenir danos, nos dá a melhor esperança a longo prazo. Isso ajuda a reduzir os problemas com álcool e drogas. Para conseguir isso, precisaremos trabalhar em conjunto com a comunidade, os governos, outros serviços de saúde e indivíduos.

A prevenção significa que não estamos cientes dos problemas que nos rodeiam ou que temos expectativas irrealistas. Segundo a Universidade Federal de São Paulo, cerca de 25 milhões de brasileiros reconheceram ter problemas relacionados a ao uso abusivo de drogas.

Já no mundo, segundo o World Drug Report, a maconha possui 192 milhões de usuários. As drogas opióides 58 milhões, anfetaminas e estimulantes 27 milhões, ecstasy 21 milhões, cocaína 19 milhões, sendo essas as drogas mais consumidas no mundo.

Infelizmente, o atual Governo Federal caminha a passos largos rumo a descriminalização/liberação das drogas, o que obriga os municípios a buscarem alternativas independentes.

No município de Bagé-RS, temos uma política pública com uma forte rede de assistência, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), grupos de apoio e auto-ajuda e através do nosso mandato construímos um convênio que está servindo de modelo para outros municípios. Por intermédio da Prefeitura Municipal, disponibilizamos e financiamos 20 vagas para internações junto a uma clínica especializada para esse fim. O tratamento possibilita a reabilitação de dependentes químicos. Nosso objetivo é ampliarmos a oferta deste serviço aos doentes e auxiliar na ressocialização destes, pois, hoje, todas as vagas estão ocupadas e temos fila de espera, o que mostra o tamanho sucesso do projeto.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Fala, Helio Saul Mileski

Parceria: TCE ISO 9001 UVERGS Entidade Oficial Lei Estadual nº 12.023/03.

Helio Saul Mileski integra o estreito rol de pensadores brasileiros contemporâneos que se incluem na categoria de publicistas. A 3ª edição revisada, atualizada e aumentada da sua obra O Controle da Gestão Pública mostra como é possível um texto acadêmico estar centrado no principal desafio da administração pública do Brasil que é o descontrole da gestão e desobediência aos princípios da Governança.

O autor, forjado na academia rio-grandense e na prática do Controle Externo com destacada atuação como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, buscou a excelência na Universidade de Salamanca, que no próximo ano celebrará quinhentos anos de existência, o que lhe permite uma visão privilegiada.

Os treze capítulos da Obra demonstram este conhecimento: o conceito de Estado, sua atividade financeira, responsabilidade fiscal, atividades de Controle e o Tribunal de Contas, o sistema de fiscalização de contas públicas em ambiente federativo, respectivas competências, sanções, processo fiscalizatório e suas espécies, terminando com a instrução, julgamento e recursos. É, portanto, texto único, a ser consultado pelos operadores do controle, gestores públicos e acadêmicos.

O que diz Mileski sobre GOVERNANÇA PÚBLICA:

... Para entendermos o que seja Governança Pública, devemos buscar o entendimento expressado pelo Tribunal de Contas da União, por ser este o órgão de controle que efetua a fiscalização sobre os mecanismos que decorrem da Governança no setor público da União.

Segundo o Tribunal de Contas da União, "Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade".

Podemos dizer que Governança Pública é um conjunto de boas práticas que as entidades da Administração Pública devem adotar de forma a que os seus objetivos traçados sejam atingidos com a melhor relação de custo e benefício, sendo que os referidos objetivos devem em última instância ser perseguidos de forma a que no final seja prestado um serviço de qualidade à sociedade. O objetivo final da Governança Pública deve ser sempre entregar serviços de excelência para a sociedade.

Em conclusão, um dos principais fatores inovadores da Governança Pública está no fato de alcançar os dispositivos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), na medida em que esta é um conjunto de boas práticas que as entidades da Administração Pública devem adotar de forma a regulamentar os seus objetivos, com vista à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

PróVida
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
Cuidamos de você, cuidamos da sua família!
24/7
24h por dia, 7 dias por semana.
CONSULTA MÉDICA
ONLINE
NA HORA QUE PRECISAR.
Entre em contato:
(54) 9658 2792
uvergs.grupoprovida.com.br
PLANO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS
UVERGS
DO RIO GRANDE DO SUL
UNIÃO DOS VEREADORES

PAINELISTAS convidados

Vanderlei Teresinha Kubiak

Luis Carlos Heinze

Luciano Peccin

Marcel van Hatten

Rosi Ecker Schmitt

Nestor Tissot

Pedro Bertolucci

Luiz Antônio Barbacovi

Marcilei Vignatti

Anne Grahl Müller

Sérgio Augustin

Fabiano Faes

Jefferson de Oliveira

Wilhelm

Guilherme Pasin

Carla Reis

Celso Fioreze

José Ivo Sartori

Vilmar Zanchin

Augusto Nardes

Marta Rossi

Maurício Marcon

Alexandre Postal

Marcelo Rech

Manuela de Almeida Barcellos

Rodrigo López Zílio

Silomar Garcia Silveira

Gilson Conzatti

Denise Pessôa

Maria Helena Sartori

COMANDANTE Nádia

DELEGADA Nadine

Kátia Zummach

Laura Sito

Caroline de Toni

Frederico Freitag

Franciéli Werlang

GRAMADO - RS

VEREADOR DO FUTURO

Congresso Brasileiro de Vereadores e Assessores

26, 27 E 28 DE OUTUBRO DE 2023

cursos

Processo Legislativo eTécnica Legislativa

Conteúdo Programático

com Adriana Fantinel

Contadora, Mestranda em Gestão e Políticas Públicas e Especialista em "Auditoria e Perícia"

Emendas impositivas

Conteúdo Programático

com Wedner de Aquino Lacerda

Advogado e procurador da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo/RS

INSCREVA-SE

VALOR DO INVESTIMENTO R$ 2.000,00

(54) 9 9143-6664

direcao@integracao.jor.br

https://congressovereadoresgramado.leiafacil.com.br/

REALIZAÇÃO: INTEGRAÇÃO **PARCEIROS:** Azul viagens, SKY HOTÉIS

APOIO: